

Domingo, 16 de abril de 2023

O que podemos (e precisamos) fazer para frear os ataques nas escolas

Os recentes ataques às escolas têm trazido apreensão aos profissionais da educação, pais e alunos. Nas últimas semanas foram realizados cinco ataques ao todo em São Paulo, Santa Catarina, Pará, Goiás e Amazonas. A polícia ainda evitou um ataque que estava sendo planejado no Rio Grande do Sul, ao apreender um jovem de 14 anos e prender seus pais que possuíam material neonazista na casa onde moram.

Ataques como os que tem acontecido eram, até pouco tempo atrás, incomuns aqui no Brasil, apesar de assustadoramente habituais em outros países. Desde 1970, por exemplo, os Estados Unidos tiveram mais de 2 mil ataques a tiros em escolas, segundo o Centro de Defesa e Segurança Interna da Escola de Pós-Graduação Naval em Monterey, na Califórnia. O número equivale a um ataque a cada nove dias. Nos últimos anos, a situação se agravou ainda mais: em 2021, foram 34 tiroteios em massa em escolas.

Não se deve deixar de observar, entretanto, que as opiniões dos psicólogos e psiquiatras que enfatizam a construção do perfil psicológico dos atiradores, mesmo sendo alguns deles ligados ao FBI, não representam a opinião de todas as agências norte-americanas. Um relatório detalhado apresentado pelo Serviço Secreto dos Estados Unidos em parceria com o Departamento de Educação dos Estados Unidos revisou mais de 30 episódios (entre massacres e tentativas), buscando compreender o fenômeno e desenvolver possíveis propostas de prevenção. O relatório afirma que não há um perfil característico dos estudantes atiradores (nem psicológico nem demográfico), pelo menos não de forma acurada.

Chama a atenção, todavia, o fato do relatório não descartar que há variáveis que podem ser identificadas em boa parte dos incidentes desta natureza. Dentre estas, ressaltam-se a dificuldade dos atiradores em lidar com perdas significativas e falhas pessoais, interesse por mídia violenta (filmes, jogos, livros e outros), o fato de terem sido ou estarem sendo vítimas de perseguições e humilhações de colegas,

a manifestação de comportamentos anteriores que sinalizavam que eles precisavam de ajuda, dentre outros.

A solução para o fim de toda essa violência, segundo especialistas em educação, passa por diversos métodos como a regulamentação das plataformas das redes sociais, a volta de disciplinas de humanas como sociologia e filosofia para preparar o jovem para a vida, investimentos em investigação policial e não em repressão, e ainda envolver a comunidade escolar.

Para o professor e diretor estadual do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Paulo Neves, a solução é aprofundar a relação da comunidade na discussão do problema e desmistificar narrativas implantadas nos últimos anos, ao contrário da proposta de governos que querem ampliar a presença da polícia nos colégios.

O ambiente digital privado onde os adolescentes se fazem presentes e que inclui as redes sociais, grupos de mensagens, fóruns de debate e games, funciona praticamente sem regras e se torna um ambiente propício para a disseminação de desinformação, discurso de ódio, preconceitos e espaços de articulação e mobilização para as lideranças de extrema direita.

O Sindsprev-PE acredita que o enfrentamento à cultura do ódio e à violência, aflorados na sociedade hoje, é um desafio que precisa ser tratado em várias frentes. Uma delas é a regulação das plataformas digitais. A outra é a introdução no ambiente escolar, desde muito cedo, uma forte ênfase em literacia digital e educação, abordada de forma multidisciplinar. Mas para fazer isso em escala nacional, os professores e professoras precisam também passar por um processo de formação. O retorno de disciplinas como filosofia e sociologia também são importantes. Acabar com a visão liberal de que a escola é para formar para o trabalho, porque a escola é para formar para a vida